



POSIÇÃO DA UGT SOBRE A ACTUAÇÃO DO FMI EM PORTUGAL

O crescimento económico e a redução do desemprego são hoje os grandes desafios que a Europa enfrenta.

Em Portugal, a situação económica e social é hoje muito preocupante. Todos os dados disponíveis demonstram que recuperação económica será muito mais lenta que o esperado e tudo indica que, caso não exista uma mudança de políticas, a mesma sofra ainda um agravamento. O desemprego e a pobreza mantêm-se em níveis dramáticos e sem precedentes, o que gera nos portugueses um sentimento de desconfiança e insegurança face ao futuro.

As reformas estruturais e a redução do défice público e do desequilíbrio das contas externas têm sido feitas com base no aumento do desemprego e na redução significativa dos salários e pensões. Os números são prova disso. Desde 2010, o desemprego passou de 10.8% para 16.3% em 2013. A dívida pública aumentou de 94.4% do PIB para 129.4% em 2013.

Estes valores confirmam que hoje a dívida pública portuguesa é a terceira mais elevada de toda a União Europeia. E no desemprego, Portugal é o quinto mais alto da Europa. Nos últimos dois anos saíram de Portugal 220 mil pessoas, na sua maioria trabalhadores altamente qualificados, que não saem por escolha própria, são sim empurrados à procura noutros países de alternativas de trabalho e de vida que não encontram em Portugal.

Não compreendemos a obstinação e insensibilidade sociais na manutenção de uma ditadura de austeridade que tem enormes custos económicos e sociais para os cidadãos e para o País.

O pedido de assistência financeira português resultou de dificuldades na obtenção de financiamento a juros aceitáveis. Em Maio de 2011 foi celebrado um acordo, dito memorando, com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional).

A UGT sempre entendeu que face à situação do País e à pressão especulativa dos mercados financeiros seria indispensável a redução do défice e a diminuição dos desequilíbrios. Infelizmente, erros políticos e erros na condução das políticas conduziram a uma situação distinta.

A UGT sempre manifestou discordância com o Memorando, por impor uma forte austeridade, promover a desregulação laboral e social e conter medidas muito detalhadas, que foram acordadas sem qualquer discussão com os parceiros sociais.

Contrariamente ao memorando, a UGT sempre reivindicou reformas estruturais que favorecessem a competitividade, centrada nas qualificações, na inovação e na melhoria da capacidade técnica das empresas.

Sempre defendemos que o memorando deveria ser aplicado com flexibilidade e com adaptação às necessidades de crescimento e emprego.

Contudo, indiferentes às posições assumidas pela UGT, foi aplicado um plano de ajustamento centrado na redução dos rendimentos dos portugueses, dos custos do factor trabalho (salários, pensões e apoios sociais) e das funções sociais do Estado.

Construíram um plano de ajustamento desadequado, ignoraram e negligenciaram a realidade económica e social de Portugal, fazendo incidir os sacrifícios sobretudo nos trabalhadores, pensionistas, agravando as situações de pobreza e exclusão, e o desemprego.

Na elaboração do plano de ajustamento muitas foram as matérias que foram omissas ou cuja abordagem poderia ter sido bem diferente. Não foram tidas em consideração as necessidades de financiamento interno, particularmente do sector público e das pequenas empresas, e a situação de fragilidade que muitas já atravessavam, ao contrário da atenção dada ao sector financeiro.

Mas, a maior e mais grave omissão em todo o processo, desde a construção do PAEF e as suas sucessivas revisões, sempre foi a ausência de medidas de promovessem o crescimento económico e o emprego. Medidas contempladas no Compromisso Tripartido para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, assinado entre os parceiros sociais, em Janeiro de 2012, com um papel relevante na definição de medidas mais ajustadas à realidade económica e social e na afirmação de uma democracia de participação face ao exterior.

A UGT nunca esqueceu e sempre respeitou, o espírito do compromisso celebrado em 2012. Não podemos contudo esquecer o facto de durante dois anos este compromisso não ser cumprido por parte do Governo tendo sido dadas prioridades a matérias que penalizaram os trabalhadores em detrimento de outras que a UGT sempre considerou mais importantes.

Teimosamente, continuam a adiar a introdução de medidas de crescimento e emprego para o fim do programa de ajustamento ou aquando da saída da Troika do nosso país.

As alterações introduzidas ao logo do programa de ajustamento só agravaram a austeridade.

Para a UGT é insustentável a aposta contínua numa receita que não resulta, em políticas de austeridade e num ritmo de consolidação orçamental que todos consideram excessivos. Não podemos deixar de questionar os resultados destas políticas quando assistimos a um agravamento das desigualdades na distribuição dos rendimentos, ao crescimento do desemprego, ao empobrecimento generalizado das famílias portuguesas.

Os responsáveis máximos das instituições da Troika, nomeadamente o FMI, reconheceram que haviam subestimado o impacto das medidas de austeridade sobre o crescimento económico e os seus impactos negativos ao nível social em Portugal.

Interrogamo-nos sobre a incoerência e contradição entre as declarações e a actuação das missões técnicas enviadas a Portugal, que insistem sim numa opressão dos salários, na flexibilização do mercado laboral e no empobrecimento dos portugueses.

A UGT não aceita que a Troika, designadamente o FMI, reconhecendo a incerteza das políticas ideológicas que ela própria promoveu e exigiu, e no fundo assumindo a sua incompetência, continue a afirmar que a solução para Portugal passa por mais flexibilização laboral, mais rescisões na Administração Pública, mais cortes violentos nos salários e por um enfoque excessivo nas exportações, que contribuirão para destruição do mercado de trabalho, do Estado Social e da paz social no nosso País. A UGT não contesta a importância das exportações, mas não é viável fazer das mesmas o único pilar de crescimento da nossa economia. É também necessário apostar na promoção do mercado interno e na produção nacional, o que passa necessariamente por mais investimento e mais consumo. É hoje consensual que mais do que o financiamento à economia e o acesso facilitado ao crédito pelas empresas, um dos principais factores de entrave ao reforço e captação e investimento é o insuficiente consumo privado.

Daí que seja necessária uma discussão e o estabelecimento de uma política que não veja os salários como única variável de ajustamento económico e de competitividade. Os rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias têm um papel fundamental na recuperação da nossa economia, através do aumento do poder de compra e do consumo privado.

Assim, para a UGT não pode deixar de estar em cima da mesa a discussão do aumento do salário mínimo, matéria que reúne cada vez mais o consenso dos parceiros sociais em Portugal e que deve ser objectivo de preocupação por parte da Troika.

Relembramos que mais de 70% do produto interno está ligado ao consumo privado e sem a reanimação deste não é possível a retoma económica.

Em matéria laboral, Portugal já realizou alterações na legislação laboral para cumprir os objectivos traçados no Memorando de Entendimento. A UGT não pode deixar de rejeitar liminarmente a insistência na necessidade de se flexibilizar ainda mais o mercado laboral, com vista a uma maior desregulação, sem fundamentos económicos, financeiros ou sociais, pretendendo-se apenas mexer em matérias já objecto de compromissos tripartidos e que potenciam a decida dos níveis de protecção num País que tem um dos mais elevados níveis de precariedade da Europa. A manutenção deste rumo apenas contribuirá para o aumento do clima de instabilidade e conflitualidade sociais, o que terá sempre um efeito desastroso na coesão social e um impacto económico indesejável.

A UGT enquanto parceiro social responsável sempre se mostrou disponível para concertar posições no sentido de manter a paz social. Uma tarefa dificultada pela atuação de instituições externas que teimam em aplicar uma receita única que não só desrespeita a independência de governos nacionais democraticamente eleitos, como desrespeita os princípios fundamentais dos tratados europeus, e a autonomia dos parceiros sociais e do diálogo social.

Em 2008, 1.9 milhões de trabalhadores portugueses do sector privado eram abrangidos por acordos de negociação colectiva. Em 2012, este número caiu para 300 mil.

Isto prova um total desrespeito pela negociação colectiva, pelo diálogo social e pelo Modelo Social Europeu.

Para a UGT é fundamental a dinamização da negociação coletiva, uma matéria fundamental para trabalhadores e empresas e que continua a assistir a bloqueios negociais inaceitáveis, sem que tal mereça por parte da Troika qualquer tipo de preocupação efectiva, dada a sua inflexibilidade em certas matérias.

É também fundamental, no quadro do respeito pela Constituição da República Portuguesa, restabelecer o diálogo político e social em Portugal, nomeadamente em torno de questões fundamentais, como o debate sobre a Reforma do Estado e o Estado Social.

Para a UGT, o debate não pode ser conduzido numa perspectiva de cortes cegos e indiscriminados que já conduziram a Administração Pública à asfixia. É necessário um diálogo social e político sério que tenha como objectivos a melhoria do funcionamento da Administração Pública, a garantia da qualidade na prestação dos serviços públicos, a sustentabilidade financeira do regime contributivo da Segurança Social e mais eficiente utilização dos recursos financeiros.

Também há que ter presente uma melhor utilização dos fundos comunitários na promoção do investimento privado, no aumento da competitividade e no ataque ao desemprego, particularmente grave ao nível dos jovens.

Em suma, para a UGT é necessária uma mudança imediata de políticas que promovam a articulação entre a dimensão económica e monetária e a social, respondendo as necessidades de crescimento e emprego. Dois anos e meio de intervenção externa servem para afirmar que é urgente uma mudança de políticas para que os erros aplicados a Portugal não sejam repetidos e não ocorram noutros países no quadro da União Europeia.

Washington, 4 de Março de 2014

Secretário-geral da UGT

Carlos Silva